

Declaração sobre reajuste: Bolsonaro é desmentido por líder do governo no Senado e ministro

Após Jair Bolsonaro (sem partido) utilizar um suposto reajuste salarial para servidores públicos como instrumento de chantagem para aprovar a PEC dos Precatórios (PEC 23/2021) no Senado, o desmentido veio rápido: o ministro da Cidadania, João Roma, e o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho, disseram que o reajuste não irá ocorrer.

Conforme o Sintrajufe/RS noticiou nessa terça-feira, 16, Bolsonaro afirmou, em Dubai, que uma possível aprovação da PEC dos Precatórios poderia abrir espaço no orçamento para, entre outras coisas, oferecer um reajuste a todos os servidores públicos federais. Porém, a declaração foi vista imediatamente como uma tentativa de chantagem ou chamariz para reduzir a rejeição e aprovar a PEC, o fato é que não há nenhuma tabela ou proposta de reajuste salarial apresentada aos servidores públicos.

A reposição das perdas inflacionárias é uma reivindicação dos servidores, que lutam também contra a reforma administrativa de Bolsonaro. Contudo, a hipótese de bravata parece confirmada por declarações dadas por aliados de Bolsonaro. O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), que também é relator da PEC dos Precatórios, disse nesta quarta-feira, 17, não ver espaço no orçamento de 2022 para o reajuste. Disse ainda que, se o Executivo quiser conceder o aumento, terá de especificar de onde sairão os recursos para financiar a proposta: “Não tem espaço no orçamento, o governo precisa escolher prioridades. Se quiser dar, vai ter de dizer de onde vai sair, o que vai cortar”, afirmou. Bezerra ainda explicou que não foi procurado por ninguém do governo para inserir a previsão na PEC.



“Fora do elenco”

Antes, na terça, 16, o ministro da Cidadania, João Roma, já havia dito que o reajuste para servidores públicos não está no “elenco” da PEC dos Precatórios: “A PEC, o recurso dessa PEC está sendo destinado para a área social do governo. Ela estabelece justamente a viabilização do pagamento de R\$ 400 mínimo para cada beneficiário do Auxílio Brasil”, explicou. Além disso, conforme o portal G1, “técnicos do Ministério da Economia alertaram o presidente que um reajuste para servidores não cabe no orçamento de 2022, mesmo se a PEC dos Precatórios for aprovada no Congresso”.

À luz das declarações de seus aliados e da quantidade de promessas já feitas em torno da PEC dos Precatórios – e também da reforma administrativa –, aumentam as desconfianças sobre as declarações de Bolsonaro. Vale lembrar que os recursos oriundos de uma possível aprovação da PEC 23 já foram reservados para medidas como o Auxílio Brasil, a ampliação das emendas parlamentares e o pagamento de um auxílio para os caminhoneiros.

BC: É hora de “algum corte de gasto”

Os obstáculos ao reajuste salarial, entretanto, não estão somente na cortina de fumaça de Bolsonaro ou na “destinação” dos recursos da PEC dos precatórios. É o presidente do Banco Central que dá voz, desta vez, aos interesses que estrangulam o orçamento público e os salários. O jornal O Globo, de 17 de novembro, reproduz fala de Roberto Campos Neto: “Tem uma parte que nós precisamos fazer um esforço fiscal e eu acho que ter algum nível de equilíbrio de gastos, alguma coisa nesse sentido” disse também que para diminuir a percepção de risco no Brasil e manter juros mais baixos, seria “importante” que o governo desse um sinal de esforço fiscal e de “algum corte de gastos”. Campos Neto, deu esta declaração no 9º Fórum Jurídico de Lisboa, mesmo evento em que Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, alertou Bolsonaro sobre o empenho para aprovar a reforma administrativa.

Fonte: Condsef



Senador propõe redução de preços da gasolina para R\$ 5 e botijão de gás para R\$ 65

Como o PortalCUT mostrou, avança no Senado um projeto que prevê reduzir a redução dos preços da gasolina que, atualmente, está custando, em média, R\$ 6,98, o litro, mas pode ser encontrada a R\$ 7,99 ou mais, e do gás de cozinha que chega a custar até R\$ 135.

O Projeto de Lei (PL) nº 1.472/2021, do senador Rogério Carvalho (PT-SE), que está para ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, muda a política de preços da Petrobras, atrelada a cotação do dólar e aos preços internacionais dos barris de petróleo.

Se a proposta for aprovada, o preço do litro da gasoli-

na na bomba poderia alcançar um valor em torno de R\$ 5 e o botijão de gás de cozinha, de 13 quilos, R\$ 65. A redução é de 25% em relação ao valor médio atual, estima o senador petista.

“Ainda assim, a Petrobras manteria uma margem de lucro de 50%”, afirma Rogério Carvalho.

“É hora de trazer o preço do nosso gás e gasolina para o mundo real. Não queremos controlar preços, mas não é admissível que o povo continue pagando preços abusivos na gasolina, no gás de cozinha e em outros produtos, enquanto apenas acionistas minoritários da Petrobras lucram”, ressalta.

Política de Preços da Petrobras

No governo do ilegítimo Michel Temer (MDB-SP), a Petrobras optou por uma política de preços que considera na composição do valor final dos derivados do petróleo, as cotações do dólar e o preço internacional do barril.

Essa estratégia, mantida pelo governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL), privilegia o lucro dos acionistas e leva a constantes reajustes no valor dos combustíveis no mercado interno.

Só este ano a Petrobras já aumentou 11 vezes os preços da gasolina e nove vezes os do diesel. No acumulado de 2020, a gasolina subiu 74%, e o diesel, 64,7%.

Fonte: CUT

Sucesso de Lula na Europa é destaque no Le Monde, Folha e até na Globonews

Le Monde define Lula como o ‘carismático líder da esquerda brasileira’. GloboNews diz que viagem de Lula foi um sucesso ao contrário da de Bolsonaro. Folha fala em triunfo diplomático.

[Matéria completa em www.cut.org.br/noticias](http://www.cut.org.br/noticias)

